



SC 370 Urubici - Grão Pará
Obra de pavimentação (Concluída em 2012)



SC 486 BR 101 - Criciúma (setembro de 2013)

PROGRAMA BID VI - GRUPO 1



OBRAS	CONSTRUTORA	SUPERVISORA	EXT (km)	2013 / CONTROLE DE CERTIFICADOS AMBIENTAIS											
				ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
CONSTRUÇÃO															
SC 446 Criciúma BR 101 (Via Expressa)	1	VIVI	PROSUL	10,9											
SC 446 Criciúma BR 101 (Acesso)	2	SETEP	PROSUL	1,8											
SC 417 BR 101 Garuva	3	EMPO	IGUATEMI	9											
PAVIMENTAÇÃO															
SC 390 Pedras Grandes Orleans		TÉCNICA VIÁRIA CASTELLAR	ESSE IGUATEMI	16,6											
SC 161 Romelândia Anchieta	4	SOCIEDADE MAFRENSE GALA	ESSE KV	20,5											
SC 467 Jaborá Ouro	5	M	SOTEPA	33,6											
REABILITAÇÃO															
SC 480 S. Lour. do Oeste São Domingos	6	TÉCNICA VIÁRIA CASTELLAR	AZIMUTE MPB SOTEPA	47,2											
SC 355 BR 153 Jaborá	7	Pavia	SOTEPA	22,8											
SC 427 Rio do Campo Passo Manso	8	INFRAUSUL	IGUATEMI	15,5											
AE 101 BR 101 Passo de Torres	9	CONFER	PROSUL	5,5											
SC 114 Painel São Joaquim	10	DALBA COMPASA	ENGEVIX	55,1										*	

POSITIVO NEGATIVO * Obra paralisada

Quadro Controle Certificados Rel BID



Mapa BID VI

P1: Título do projeto ambiental participante:

A Gestão Ambiental do DEINFRA no Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – Programa BID VI

P2: Categoria de inscrição:

(sem rótulo)

Selecione:

Gestão Ambiental

P3: Sobre a organização participante:

Razão social:

Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina

Nome fantasia:

DEINFRA/SC

Setor de atuação:

Implementação da política formulada pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura, para a infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de Santa Catarina.

Data de fundação:(dd/mm/aaaa)

O DEINFRA/SC foi criado pela Lei Complementar n.º 244, de 30 de janeiro de 2003, resultante da fusão do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina – DER – com o Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas – DEOH. O DER/SC foi criado em 1946.

Número de colaboradores:

805

P4: Informações de contato:

Endereço:

Rua Tenente Silveira, 162 - Edifício das Diretorias

Bairro:

Centro

Cidade:

Florianópolis

Estado:

Santa Catarina

CEP:

88010-300

Telefone com DDD:

48 3251-3000

P5: Informações do responsável pelo preenchimento do questionário:

Nome completo:

Heriberto Hülse Neto

Cargo:

Gerente de Meio Ambiente do DEINFRA

E-mail:

heriberto@deinfra.sc.gov.br

Telefone com DDD:

48 - 32513174

P6: Informações do responsável pelo projeto:

Nome completo:

Flávio Volpato

Cargo:

Coordenador do Programa BID VI

E-mail:

flavio@deinfra.sc.gov.br

Telefone com DDD:

48 32513166

P7: AUTORIZO a divulgação de informações cadastrais no Guia de Sustentabilidade 2014 e no site do Prêmio Expressão de Ecologia?

Sim

PÁGINA 2: Informações sobre o projeto ambiental participante*:

P8: Data de início do projeto: (ex.: 01/02/2012) 09/01/2013

P9: O projeto está em andamento? Sim

P10: Data do término do projeto: (se aplicável, ex.: 01/02/2012) 09/01/2018

P11: Número de pessoas que participaram do projeto: (favor digitar somente o valor numérico, ex.: "10.868")

Voluntárias 0

Remuneradas 17

P12: Quantas pessoas, animais e/ou espécies já foram beneficiados pelo projeto? (favor digitar somente o valor numérico, ex.: "5.850")

Pessoas 6.634.250

P13: Parceiros que apoiaram financeiramente o projeto:

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

P14: O projeto é decorrente de exigências de órgãos regulamentadores? (máx. 2.000 caracteres)

A Política Nacional de Meio Ambiente em seu Artigo Segundo estabelece como o primeiro princípio: "a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo".

O Artigo segundo do Código Estadual de Meio Ambiente determina que compete ao Poder Público Estadual e Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

Por se tratar de construções rodoviárias, atividade passível de licenciamento ambiental, as 11 obras do Programa BID VI possuem Licença Ambiental de Instalação – LAI emitida pela FATMA, onde consta como condicionante a manutenção de atividades de monitoramento e controle ambiental.

Ainda por se tratar de um projeto que recebe recursos de órgãos de financiamento, o contrato entre o Estado e o banco tem-se por base o Artigo 12º da Lei Federal n.º 6.938/81 Política Nacional de Meio Ambiente, o qual trata da obrigação das atividades respeitarem a legislação e normas aplicáveis.

No caso, o Programa BID VI financiado pelo BID, está condicionado à manutenção de um sólido Sistema de Gestão Ambiental - SGA, que prevê um conjunto de procedimentos de monitoramento e controle dos aspectos e impactos ambientais de todos os empreendimentos, abrangendo o planejamento, elaboração de projetos, fase de obras e operação, submetidos a rígida aplicação de princípios ambientais gerais que visam à eliminação, mitigação ou compensação de impactos ambientais.

21º Prêmio Expressão de Ecologia (2013-2014)

P15: Descreva o problema ambiental identificado no projeto: (máx. 3.000 caracteres)

O empreendimento rodoviário, como qualquer outro empreendimento público, gera uma gama considerável de benefícios, os quais são auferidos em especial pelos usuários das vias (e repassados para a sociedade, como um todo) e pelas comunidades lindeiras localizadas na área de influência do empreendimento (IPR/DNIT 729, 2006).

Tais benefícios, em linguagem ambiental, se traduzem em impactos ambientais positivos favorecendo ao meio antrópico; de outra parte, o respectivo processo construtivo tende a gerar impactos ambientais negativos diversos, incidindo sobre os três meios do ecossistema, físico, biótico e antrópico (Adaptado IPR/DNIT 729, 2006).

Muitas das medidas específicas propostas ou impostas como decorrência do tratamento ambiental, apesar de terem nominalmente uma conotação ambiental, já estão devidamente atendidas em termos práticos na Engenharia Rodoviária (IPR/DNIT 729, 2006).

As medidas de cunho ambiental destinadas a resguardar o meio físico já estão contempladas no Projeto de Engenharia, dentro do objetivo de proteger e preservar a infraestrutura viária (dispositivos de drenagem, revestimento vegetal, obras de contenção e outras) (IPR/DNIT 729, 2006).

Da mesma maneira, medidas de cunho ambiental para atender ao meio biótico e ao meio antrópico, também estão contempladas no Projeto de Engenharia, dentro do objetivo de atender ao conforto e à segurança do trânsito (cercas de vedação, alambrados, passagens inferiores, passarelas, paisagismo, travessias urbanas, sinalização e outras) (IPR/DNIT 729, 2006).

A componente ambiental em transportes exige abordagem proativa, multi e interdisciplinar, e transversalidade entre todas as componentes de planos, programas e empreendimentos individuais. Entretanto, a efetivação destes conceitos em ações práticas tem, ainda, longo caminho a percorrer, apesar da experiência acumulada em especial na última década. Há muito por fazer em um contexto de múltiplas carências institucionais, de escassez de recursos, de demandas reprimidas, mas pleno de instrumentos legais, gerenciais e administrativos, na sua grande maioria não atendida ou parcialmente observada (CENTRAN, 2007).

Da complexidade das 11 obras rodoviárias, as Licenças Ambientais de Instalação - LAI emitidas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA são rigorosas, totalizando nas 11 licenças 205 condicionantes ambientais a serem atendidas.

Soma-se ainda a necessidade de transparência nas ações relacionadas à matéria ambiental, por envolver uma série de órgãos afins e sociedade em geral.

Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Diretrizes básicas para elaboração de estudos e programas ambientais rodoviários: escopos básicos. RJ, 2006. 409p. (IPR. Publicação, 729).

Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Centro de Excelência em Engenharia de Transportes – CENTRAN. Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT - Volume 5, Transporte e Meio Ambiente - Tomo 1, Tratamento Ambiental no Setor Transporte. Brasília, 2007.

P16: Qual a solução encontrada? (máx. 3.000 caracteres)

O SGA do Programa BID VI está embasado na atuação de 3 atores principais para cada obra: i – DEINFRA (Eng. Fiscal e Equipe Ambiental); ii – Supervisora Técnica e Ambiental; e iii – Construtora.

Construtora

A empresa contratada deve observar os procedimentos e as recomendações estabelecidos em três documentos técnicos de referência:

(a) Manual de Procedimentos Ambientais/2006 do DEINFRA;

(b) Projetos de Engenharia; e

(c) Declaração de Responsabilidade Ambiental assinada durante o processo de licitação.

Supervisora Técnica e Ambiental

A empresa tem a missão de fiscalizar o cumprimento das questões ambientais das obras com base na documentação do monitoramento socioambiental executada pela GEMAM, além de apoiar tecnicamente a construtora no cumprimento das soluções necessárias e informar o inspetor socioambiental sobre eventuais questões ambientais.

DEINFRA

A inspeção socioambiental atua em conjunto com o engenheiro fiscal e compreende a verificação de ocorrências positivas e negativas durante a execução de obras. As ocorrências são relacionadas:

- Controle de Licenças: atendimento das condicionantes ambientais;
- Procedimentos de Controle Ambiental: correta aplicação de procedimentos ambientais previstos e aplicáveis;
- Segurança: manutenção da segurança do tráfego e proteção a pedestres e à população diretamente afetada pelas obras;
- Resíduos: gerenciamento de resíduos gerados pelas obras, incluindo o material consumido pelos trabalhadores nas frentes de obra;
- Resíduos perigosos: manuseio de substâncias perigosas (combustíveis, lubrificantes, aditivos químicos, efluentes sanitários, etc.) e dos resíduos gerados;
- Terraplenagem: intervenções que requeiram a supressão de vegetação e a movimentação de solos e rochas;
- Treinamento. Treinamento em gestão socioambiental das equipes das construtoras e supervisoras;
- Passivos Ambientais. recuperação de passivos ambientais em obras de melhoramento ou restauração de rodovias.

As inspeções socioambientais das obras que ocorrem no início de cada mês são realizadas por profissionais da área ambiental. Ao final da inspeção ocorre uma reunião técnica entre a equipe ambiental onde são avaliadas as ocorrências registradas nas 11 obras. Após esta reunião é enviado à empresa construtora, o relatório da inspeção contendo as ocorrências identificadas no mês bem como as eventuais pendências. As construtoras apresentam a equipe ambiental um relatório de resposta no prazo de aproximadamente de 10 dias com as informações das ações executadas de forma a reverter às ocorrências ambientais identificadas. De posse dos relatórios respostas das construtoras em comparação com o relatório dos inspetores, é feita a avaliação mensal de desempenho das construtoras, culminando na emissão do certificado positivo ou negativo.

Nos treinamentos realizados pelo DEINFRA, em parceria com a FATMA, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS e Polícia Rodoviária, foi disponibilizada uma série de cartilhas ambientais aos participantes.

21º Prêmio Expressão de Ecologia (2013-2014)

P17: Descreva detalhadamente o que constitui(u) o projeto e de que forma é(foi) desenvolvido: (máx. 5.000 caracteres)

O Programa BID VI tem como objetivo contribuir para o crescimento descentralizado, equilibrado e sustentável do Estado de Santa Catarina, mediante a construção, pavimentação e reabilitação da infraestrutura viária estadual. Objetivos específicos: i - melhorar a infraestrutura viária, permitindo melhores condições de transporte pelas vias secundárias, acesso às vias primárias, locais de consumo e porto, maior acesso a oportunidades de emprego, serviços sociais e comunitários; ii - melhorar a segurança viária através da eliminação de pontos críticos; iii - melhorar as condições ambientais reduzindo os passivos ambientais nas vias estaduais; e iv - melhorar a capacidade institucional na gestão da infraestrutura logística.

O Programa contribuirá para a redução dos custos de operação de veículos, redução de tempos de viagem, redução da poluição ambiental, redução da taxa de acidentes na rede viária estadual, implementação do Plano Rodoviário Estadual, atualização de ferramentas de planejamento e para a capacitação do pessoal técnico do DEINFRA.

Das tecnologias construtivas que irão contribuir para redução da poluição ambiental temos o uso do asfalto borracha, o qual utiliza pneus inservíveis na construção do pavimento, e a reciclagem de pavimento nas obras de reabilitação, o qual permite que os componentes do pavimento antigo sejam novamente reutilizados como insumo.

Outro impacto positivo do Programa é a contribuição na redução das emissões de gases do efeito estufa - GEE, pois, com a redução do tempo de viagem, diminui-se o consumo de combustível, que por sua vez diminui a emissão do GEE.

O custo do Programa é de até US\$ 367.510.000,00.

O Programa está estruturado em 3 componentes:

1. Engenharia e administração: i - Estudos e projetos: elaboração dos estudos técnicos econômicos, socioambientais e geotécnicos, e a elaboração dos projetos de engenharia necessários para realizar as obras do Programa; ii - Administração do Programa: compreende as atividades de apoio e gestão da execução do Programa; e iii - Auditoria, avaliação e monitoramento: compreende a realização das auditorias financeiras externas independentes e das atividades de avaliação e monitoramento.

2. Obras civis e supervisão: i - Construção: (a) SC 446: Criciúma BR 101; e (b) SC 417: BR 101 - Garuva; ii - Pavimentação: (a) SC 390: Pedras Grandes - Orleans; e (b) SC 467: Jaborá - Ouro; iii - Reabilitação: (a) SC 480: São Lourenço do Oeste - São Domingos; (b) SC 355: BR 153 - Jaborá; (c) SC 427: Rio do Campo - Passo Manso; e (d) AE 101M: BR 101 - Passo de Torres; iv - Segurança viária: financiara o gerenciamento e o tratamento da melhoria de pontos críticos; v - Melhorias ambientais: financiara a implementação e o gerenciamento do Plano de Recuperação dos Passivos Ambientais; e vi - Supervisão de obras: compreende as atividades relacionadas com a fiscalização da execução das obras viárias de maior complexidade e envergadura, por meio de empresas consultoras em apoio ao DEINFRA.

3. Fortalecimento institucional: i - Implantação do Plano Rodoviário Estadual, incluindo a instalação dos marcos quilométrico, adequação da sinalização, programa de comunicação social; ii Operação do Sistema de Planejamento Viário, incluindo a atualização dos dados cadastrais, a atualização socioeconômica do Plano Diretor Rodoviário, a recopilação de informação sobre o estado de conservação da rede viária estadual, os níveis de demanda, entre outros; e iii - Apoio a SIE e ao DEINFRA, com a finalidade de proporcionar uma gestão institucional mais eficiente.

A execução das obras rodoviárias em questão e demais atividades do Programa, são objeto de gerenciamento pela equipe do SGA do Programa BID VI, de modo a garantir a implementação de medidas de caráter preventivo, mitigador ou emergencial, contempladas no projeto e constantes nos editais (Plano de Trabalho, Plano de Garantia da Qualidade, Licenças...), visando:

- Cumprir a legislação ambiental vigente e as condicionantes indicadas no licenciamento ambiental;
- Prevenir impactos ambientais decorrentes das atividades construtivas;
- Mitigar impactos ambientais nos meios físico, biótico e antrópico decorrentes das atividades construtivas; e
- Implementar ações emergenciais em caso de acidentes ou eventos naturais que resultem em danos que comprometam a integridade da rodovia, dos sistemas ambientais no entorno.

Na fase de obras a equipe técnica da Gerência de Meio Ambiente - GEMAM, em reunião mensal, avaliam caso a caso ou no conjunto das obras, a gravidade, frequência e natureza das questões ambientais verificadas em registros, informes e notificações expedidas. Com base nesta avaliação é decidido pelo gerente da GEMAM a emissão de Certificados de Conformidade ou de Irregularidade. O Certificado de Irregularidade pode levar ao trancamento do pagamento mensal à construtora até a ocorrência ser sanada.

Outra atividade da equipe do SGA do Programa BID VI é o controle do Programa de Gerenciamento de Passivos Ambientais da malha rodoviária.

P18: Quais os resultados alcançados com o projeto? (máx. 4.000 caracteres)

O acompanhamento sistemático na execução das medidas mitigadoras e de controle ambiental adotada pelas construtoras nas 11 obras executadas no âmbito do Programa BID VI, permite garantir a manutenção da qualidade requerida pelo DEINFRA, FATMA e pelo agente financiador BID.

A forma que é executada o monitoramento socioambiental mensal, com a necessidade de a construtora ter que se reportar ao DEINFRA todo final de mês em relação às ocorrências identificadas pelos inspetores, resultou um envolvimento direto das construtoras com a matéria ambiental. Exemplo é que as 11 obras possuem profissionais com habilitação na matéria ambiental por parte das construtoras, os quais acompanham os inspetores socioambientais do DEINFRA durante o trabalho de campo. Este fato, a necessidade de ter que se reportar ao DEINFRA todo mês, fez com as construtoras passassem a agir de maneira proativa, procurando evitar ao máximo gerar ocorrências ambientais.

A ação de treinamento em gestão ambiental rodoviária mostrou-se essencial ao sucesso do Programa BID VI, por proporcionar uma sensibilização com as questões ambientais dos operários das construtoras e supervisoras.

O principal indicador que mostra o sucesso do Sistema de Gestão Socioambiental do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – Programa BID VI quando comparado com outras obras executadas pelo DEINFRA, é o baixo número de notificações ambientais emitidas e a não emissão de nenhum certificado mensal de conformidade negativo para as 11 obras.

21º Prêmio Expressão de Ecologia (2013-2014)

P19: Quantifique em números os resultados obtidos com o projeto: (Essa questão exige ao menos um resultado quantificado. Exemplo: 150 árvores foram plantadas; 10 kg de material reciclado; 25 crianças atendidas pelo programa ambiental; 150 animais beneficiados)

Resultado 1	Treinamento de 601 pessoas em Gestão Ambiental Rodoviária
Resultado 2	Controle e Monitoramento ambiental em 11 obras rodoviárias
Resultado 3	Controle e Monitoramento ambiental em 238,5 km de obras rodoviárias
Resultado 4	Registro de 132 Ocorrências Ambientais
Resultado 5	Emissão de 42 Informes Ambientais
Resultado 6	Emissão de 6 Notificações Ambientais
Resultado 7	Emissão de 63 Certificados de Conformidade Ambiental Mensal (Positivo)
Resultado 8	Elaboração do Plano de Recuperação de Passivos Ambientais da malha rodoviária

P20: AUTORIZO a disponibilização de download gratuito do arquivo digital do projeto inscrito através do site do Prêmio Expressão de Ecologia?

Sim

PÁGINA 3: Apresentação da organização participante:

21º Prêmio Expressão de Ecologia (2013-2014)

P21: Faça um breve histórico da organização participante e suas principais práticas de gestão ambiental adotadas: (máx. 4.000 caracteres)

No Estado de Santa Catarina, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER criado em 1946 pelo Decreto Lei nº 217, sob regime autárquico e com autonomia técnica e financeira, teve por principal atribuição a implantação, manutenção e operação de estradas de rodagem estaduais. No âmbito político esteve subordinado a Secretaria de Estado de Transportes e Obras, encarregada de coordenar as políticas de transportes em todos os modais e implementar a estratégia de opções de transporte que melhor atendesse às necessidades do Estado de Santa Catarina.

Em 2003, com a Lei nº 244, foi extinto o então DER/SC e criado o Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, autarquia subordinada à Secretaria de Estado da Infraestrutura.

A gestão ambiental no setor rodoviário catarinense tem seu marco inicial com a criação da GEMAM do DER em 1993, que consistiu na consolidação do primeiro esforço do órgão rodoviário estadual no sentido de se adequar às exigências da legislação ambiental.

Em 1998 surgem as primeiras normas específicas para o controle ambiental em empreendimentos rodoviários no Estado de Santa Catarina, a Instrução de Serviço IS 05 (Estudo e Projeto de Meio Ambiente) e o Manual de Procedimentos Ambientais Rodoviários – DEINFRA.

Segundo o Art. 27 do Decreto Estadual 1.023/2008, compete a GEMAM:

I - implementar a política governamental de meio ambiente do DEINFRA, pela elaboração e aplicação de manuais, instruções de serviço e especificações técnicas e pela efetiva gestão ambiental de projetos, obras e serviços;

II - planejar, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades de estudos pesquisas, projetos, obras, serviços e operação da infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas do Estado, relacionadas com as questões ambientais, desenvolvidas no âmbito do DEINFRA;

III - definir medidas de proteção para as zonas marginais das obras de infraestrutura, incluindo o seu tratamento paisagístico;

IV - elaborar planos, programas e projetos de conservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito dos empreendimentos de infraestrutura, incluindo a eliminação de passivos ambientais e a recuperação ambiental de áreas degradadas ou áreas de risco;

V - elaborar estudos e diagnósticos ambientais visando a avaliar a extensão dos impactos e a decidir sobre a necessidade de estudos especializados ou específicos;

VI - fiscalizar, orientar e coordenar a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA, e proceder à sua análise e avaliação, acompanhando-os até aprovação final junto aos órgãos ambientais;

VII - acompanhar e avaliar o resultado de medidas ambientais adotadas;

VIII - elaborar e revisar normas, especificações, diretrizes, manuais, instruções de serviços relacionados com projetos, obras, serviços e operação da infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas do Estado, sob o enfoque ambiental;

IX - promover o relacionamento do DEINFRA com os demais órgãos e instituições voltadas à defesa do Meio Ambiente;

X - promover, em consonância com o setor de recursos humanos do DEINFRA, o treinamento de pessoal nos assuntos relativos ao Meio Ambiente;

XI - solicitar, coordenar e acompanhar todas as licenças ambientais dos projetos, obras, serviços e operação da infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas do DEINFRA;

XII - promover e estimular o processo de educação ambiental;

XIII - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação, determinadas pelo Diretor de Planejamento e Projetos;

XIV - executar sistematicamente a inspeção ambiental nas obras licenciadas e em execução.

A GEMAM vêm executando diversos programas ambientais para garantir a execução de procedimentos de controle e a implantação de medidas mitigadoras e compensatória em todas as obras de sua responsabilidade.

Devido ao trabalho realizado na gestão ambiental destas atividades, em 2006 e 2007, a GEMAM foi agraciada com o Troféu “Fritz Muller”, oferecido pela FATMA na categoria Gestão Ambiental.

P22: Quais foram os principais beneficiários das ações ambientais de sua organização?

Comunidades vizinhas, Comunidades distantes,
Organizações governamentais,
Organizações não governamentais,
Organizações comunitárias, Entidades educacionais,
Outros (especifique)
Todos que transitam nas rodovias catarinenses.

P23: Sua organização divulgou, seja em meio impresso ou internet, suas ações ambientais em relatórios ou balanços?

Divulgou em 2010, Divulgou em 2011, Divulgou em 2012

P24: Em relação à questão anterior, no caso de a divulgação ter sido feita via internet, favor colar o(s) link(s) de acesso:

Link 1: <http://www.deinfra.sc.gov.br/download/bid/RelSemestral19-12-10BIDV.pdf>

Link 2: http://www.deinfra.sc.gov.br/download/bid/relatorio_semestral_31-dezembro11.pdf

Link 3: <http://www.deinfra.sc.gov.br/download/bid/RelSemestral43Dezembro2012BIDV.pdf>

P25: Possui profissional(is) encarregado(s) de segurança, saúde e meio ambiente?

Sim

21º Prêmio Expressão de Ecologia (2013-2014)

P26: Possui procedimentos para redução, reutilização e reciclagem de materiais?	Sim
P27: Possui um plano de redução das emissões de carbono?	Não
P28: Por quais normas a organização é certificada?	Nenhuma certificação

PÁGINA 4: Perspectiva financeira:

P29: Faturamento (R\$) anual em 2012: (favor digitar somente o valor numérico, ex.: "25.868,52")	<i>Questionado ignorou esta pergunta</i>
P30: Investimento (R\$) em ações ambientais em 2012: (favor digitar somente o valor numérico, ex.: "25.868,52")	<i>Questionado ignorou esta pergunta</i>
P31: Investimento (R\$) total com o projeto inscrito no 21º Prêmio Expressão de Ecologia: (favor digitar somente o valor numérico, ex.: "25.868,52")	<i>Questionado ignorou esta pergunta</i>
P32: Investimento (R\$) com projetos culturais aprovados pela Lei Rouanet de Incentivo à Cultura em 2012: (favor digitar somente o valor numérico, ex.: "25.868,52")	<i>Questionado ignorou esta pergunta</i>
P33: AUTORIZO a divulgação de informações financeiras no Guia de Sustentabilidade 2014 e no site do Prêmio Expressão de Ecologia?	Sim

PÁGINA 5: Imagens e anexos do projeto participante:

P34: AUTORIZO a divulgação das imagens do projeto inscrito no Guia de Sustentabilidade 2014 e no site do Prêmio Expressão de Ecologia?	Sim
P35: Embora não seja obrigatório, você pode complementar sua inscrição enviando anexos (documentos, jornais, revistas, fôlderes, relatórios ambientais ou de sustentabilidade, CDs, DVDs ou qualquer material institucional sobre o projeto) pelo correio, via Sedex, para a sede da Editora Expressão (Av. Rio Branco, 380 – 6º andar – Centro – 88.015-200 – Florianópolis–SC) até o dia 25 de outubro de 2013. Você enviará anexos para complementar sua inscrição?	Não enviarei anexos.